

Demonstrações Contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRASMISSÃO

CNPJ: 07.153.003/0001-04

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transirapé de Transmissão apresenta o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2019, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Companhia Transirapé de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transirapé de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Dados operacionais: Disponibilidade (%)	100%	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

1. Projeto “Malha de Aterramento de Baixa impedância para Torre da LT Utilizando Eletrodos Verticais Profundos’ término previsto para 2020 - Em andamento a terceira etapa da pesquisa sobre malha de aterramento. Diversos artigos publicados e uma tese de doutorado.
2. Projeto “Utilização de uma Linha de Transmissão existente de 345 kV, como Linha Piloto para Experimentação de Novas Técnicas de Melhorias do Desempenho frente a Descargas Atmosféricas”. Em andamento as tratativas com a UFMG e a UFCG Universidade Federal de Campina Grande - PB onde 30% do investimento deste projeto será para atender a Lei 9991/2000 para pesquisas sediadas nas Regiões Nordeste e Norte do Brasil.

Responsabilidade Socioambiental

1. Palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social realizada em maio de 2019 nos municípios de Coronel Murta e Berilo sobre queimadas com divulgação durante os dois meses na principal rádio da região.
2. Visita à alguns proprietários ao longo da linha de transmissão informando, esclarecendo dúvidas, os perigos e a importância de uma linha de transmissão para a comunidade através do Programa Educação Ambiental e Comunicação Social.
3. Ações de conservação, manutenção e limpeza da faixa de servidão e dos acessos às torres.

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório	Regulatório	Societário	Societário
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido	21.703	18.776	41.249	26.335
EBITDA	29.635	27.942	45.625	31.451

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e do Setor Elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	2
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



Edifício Phelps Offices Towers
Rua Antônio de Albuquerque, 156
11º andar - Savassi
30112-010 - Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
Fax: +55 31 3232-2106
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas da
Companhia Transirapé de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis Companhia Transirapé de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$199.386 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração da receita de construção e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de março de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

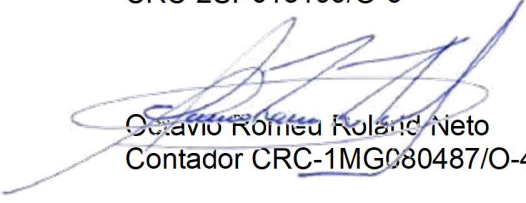


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 13 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC-1MG030487/O-4

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.690	14.273
Títulos e valores mobiliários	5	2.237	2.136
Contas a receber concessionárias e permissionárias	6	3.726	3.427
Contas a receber ativo contratual	6	36.834	28.777
Tributos e contribuições sociais a compensar	7	165	107
Outros ativos circulantes		900	752
Total do ativo circulante		52.552	49.472
Não circulante			
Contas a receber concessionárias e permissionárias	6	197	185
Contas a receber ativo contratual	6	162.552	153.461
Outros ativos não circulantes		612	605
Imobilizado		52	20
Intangível		-	3
Total do ativo não circulante		163.413	154.274
Total do ativo		215.965	203.746

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		124	127
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	14.862	8.562
Dividendos propostos	12	10.312	6.583
Tributos e contribuições sociais	7	1.352	1.008
PIS e COFINS diferidos	8	1.367	1.671
Encargos regulatórios	11	1.729	1.672
Encargos regulatórios diferidos	8	1.124	1.373
Outros passivos circulantes		734	703
Total do passivo circulante		31.604	21.699
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	31.121	45.656
PIS e COFINS diferidos	8	5.942	5.013
IRPJ e CSSL diferidos	8 a)	6.168	5.645
Encargos regulatórios diferidos	8	4.884	4.120
Total do passivo não circulante		48.115	60.434
Patrimônio líquido	12		
Capital social		22.340	22.340
Reserva de lucros		113.906	99.273
Total do patrimônio líquido		136.246	121.613
Total do passivo e patrimônio líquido		215.965	203.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	13	49.030	34.824
Custo de operação			
Pessoal		(262)	(318)
Material		(36)	22
Serviços de terceiros		(1.905)	(1.799)
Outras		(220)	(205)
		(2.423)	(2.300)
Lucro operacional bruto		46.607	32.524
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(686)	(693)
Material		(6)	(8)
Serviços de terceiros		(253)	(256)
Outras		(42)	(114)
		(987)	(1.071)
Resultado do serviço		45.620	31.453
Resultado financeiro			
Receita financeira	14	1.312	509
Despesa financeira	14	(3.639)	(4.318)
		(2.327)	(3.809)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		43.293	27.644
Imposto de renda	15	(1.018)	(780)
Contribuição social	15	(504)	(411)
IR e CS diferidos	8	(522)	(122)
		(2.044)	(1.313)
Lucro líquido do exercício		41.249	26.331
Lucro por ação		1,8464	1,1786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	41.249	26.331
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>41.249</u>	<u>26.331</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2018	22.340	4.468	62.757	-	-	89.565
Efeito CPC 47	-	-	-	-	12.300	12.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	26.331	26.331
Dividendos declarados	-	-	-	-	(6.583)	(6.583)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	2.000	(2.000)	-
Reserva de lucros	-	-	30.048	-	(30.048)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.340	4.468	92.805	2.000	-	121.613
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	41.249	41.249
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(10.312)	(10.312)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	5.688	(5.688)	-
Dividendos declarados	-	-	(14.304)	(2.000)	-	(16.304)
Reserva de lucros	-	-	25.249	-	(25.249)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.340	4.468	103.750	5.688	-	136.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais exceto quando, indicado de forma diferente)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	41.249	26.331
Depreciação e amortização	6	21
Receitas financeiras	(119)	(123)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	3.336	4.048
Outras variações	63	62
	44.535	30.337
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	(311)	(130)
Contas a receber ativo contratual	(17.148)	(16.716)
Tributos e contribuições sociais a compensar	(58)	45
Outros ativos	(156)	(355)
	(17.673)	(17.156)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(3)	(20)
Tributos diferidos	1.148	7.575
Tributos e contribuições sociais	344	91
Encargos regulatórios	510	5.578
Outros passivos	31	4
	2.030	13.228
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	28.892	26.409
Juros pagos	(3.418)	(4.048)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	25.474	22.361
Fluxo de caixa de investimentos		
Aplicação ou resgate de títulos e valores mobiliários	18	18
Aplicação no imobilizado	(36)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(18)	18
Pagamento de dividendos	(22.886)	(5.766)
Amortização das parcelas do financiamento	(8.153)	(4.373)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(31.039)	(10.139)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(5.583)	12.240
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.273	2.033
Saldo caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.690	14.273
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(5.583)	12.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Transirapé de Transmissão (“Companhia” ou “Transirapé”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 6 de dezembro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de maio de 2007.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 012/2005, de 15 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí - 230 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
012/2005	30	15/03/2035	37.175	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565, de 25/06/2019.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo da concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela diretoria em 10 de março de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Transirapé. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição e amortização de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetuou análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “Valor justo por meio do resultado”. Contas a receber da concessão são classificadas como “Ativo contratual pelo custo amortizado”, em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15).

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém, o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Esse fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto de 9,39%; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da Transirapé revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Transirapé não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Transirapé possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1. Provisões para contingências

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Arrendamentos

A Transirapé avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Transirapé reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.8. Tributação

3.8.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Transirapé está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%.

3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Transirapé é optante pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura

Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.9.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento da receita--Continuação

3.9.3. Receitas de operação e manutenção--Continuação

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

3.9.4. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10. Resultado por ação

A Transirapé efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.11. Adoção de novos pronunciamentos

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Adoção de novos pronunciamentos--Continuação

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro--Continuação

- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia fez a análise da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma.

CPC 06 (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil; CPC 06 (IFRS 16)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia fez a análise da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma.

3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes 31/12/2019

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Transirapé, estão descritas a seguir. A Transirapé pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes 31/12/2019--Continuação

- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro;
- Alterações ao CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	4	4
Bancos	1.339	1.472
Aplicações financeiras	7.347	12.797
	<u>8.690</u>	<u>14.273</u>

As aplicações financeiras referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja modalidade de aplicação nomeada "BB Amplo FIC FI Renda Fixa Crédito Privado" com remuneração pré-fixada de 97,78% do CDI.

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fundo de reserva - Banco Santander	2.237	2.136

Os valores referem-se à aplicação do Fundo de Investimento Restrito: Fundo FIC FI títulos públicos referenciado DI vinculado ao financiamento com o Santander/FINAME com remuneração pré-fixada de 94,88% do CDI.

6. Contas a receber - concessionárias e permissionárias e ativo contratual

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Concessionárias e permissionárias (6.1)	3.923	3.612
Ativo contratual (6.2)	199.386	183.118
	<u>203.309</u>	<u>185.850</u>
Ativo circulante	40.560	32.204
Ativo não circulante	162.749	153.646

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber - concessionárias e permissionárias e ativo contratual-- Continuação

6.1. Concessionárias e permissionárias

Valores a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

6.2. Ativo contratual

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, inclusive Parcelas de ajuste e Rateio de Antecipação constantes no AVC (Aviso de Crédito);

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

- (b) Movimentação do ativo contratual em 31 de dezembro de 2019:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	153.222
CPC 47	31.975
Receita operacional bruta	37.610
Realização do ativo contratual	(40.569)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	182.238
Receita operacional bruta	52.933
Realização do ativo contratual	(35.785)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	199.386
Contas a receber ativo contratual - circulante	36.834
Contas a receber ativo contratual - não circulante	162.552

As contas a receber ativos contratuais incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

7. Tributos e contribuições sociais e tributos diferidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante		
PIS, COFINS e CSSL da Lei nº 10.833/2003	17	19
IR a compensar	148	88
	<u>165</u>	<u>107</u>
Passivo circulante		
IRPJ	654	441
CSLL	291	209
COFINS	270	236
Outros	137	122
	<u>1.352</u>	<u>1.008</u>

8. Impostos e encargos diferidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PIS diferido	1.302	1.190
COFINS diferido	6.007	5.494
RGR diferidos	5.206	4.761
Taxa de fiscalização	801	732
	<u>13.316</u>	<u>12.177</u>
Circulante	2.491	3.044
Não circulante	10.826	9.133

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo de concessão e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

a) IR e CS diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.645
Tributos diferidos reconhecidos no resultado	<u>522</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>6.168</u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2019			31/12/2018		
	Circulante		Total	Não circulante		
	Principal	Encargos		Principal e encargos	Total	
Moeda nacional						
BDMG	4.370	218	4.588	11.595	16.183	20.686
BNDES	485	95	580	2.586	3.166	3.695
Debêntures	9.680	15	9.695	16.940	26.635	29.837
Total	14.535	328	14.862	31.121	45.983	54.218

Contratos em vigor:

BDMG FINAME

Em 2011 foi contratado junto ao BDMG FINAME no valor de R\$1.187 com vencimento em 2020 e taxa de 4,50% ao ano, destinado à implantação do reforço do módulo de conexão na SE Araçuaí II para Itaobim.

BDMG FINAME E FINEM

Em 2013 e 2014, contratamos também, junto ao BDMG, mais duas modalidades de financiamento, sendo estas: FINAME e FINEM no valor de R\$19.761 e R\$5.893, vencimentos em 2024 e 2029, taxa de 3,50% a.a. e 3,5% a.a. + TJPL, respectivamente, ambas destinadas à implantação do RBNI - II Banco de Trafos.

Os FINAMES junto ao BDMG possuem como garantias as aquisições do ativo e constituição de conta reserva.

As garantias da modalidade FINEM resumem-se em penhor de ações, cessão fiduciária durante a fase de construção do projeto de 30% da RAP, durante a fase de operação do projeto de 25% da RAP e direitos creditórios.

BNDES Crédito Automático

Celebrado em 1º de abril de 2016 com a finalidade de atender a necessidade de caixa para expansão da Subestação de Irapé no município de Grão Mogol (MG) foi assinado contrato de Crédito Automático com o BNDES. O valor do limite de crédito é de R\$4.000 milhões de reais com prazo de 21 meses e com juros remuneratórios à taxa efetiva de 6% somados à remuneração do BDMG de 2,5% ao ano. As garantias são de penhor de ações, cessão fiduciária de direitos emergentes, administração de contas e outras avenças.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Debêntures

Em 26/09/2017 foi efetuada a 2ª emissão de debêntures simples no valor de R\$30.000, em espécie quirografárias, sem garantias, por meio do Banco Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A. O prazo da operação é de cinco anos com vencimento em 22/09/2022, as amortizações têm carência de dois anos para pagamento do principal e os pagamentos de juros serão mensais. O 1º pagamento da amortização será em 26/09/2019.

Adicionalmente, os juros incidentes sobre a operação refere-se a 100% variação acumulada DI (dia) somados à taxa efetiva de 0,7750% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 31º mês da data da emissão.

Caso o limite da dívida líquida ultrapasse o valor de R\$96.904 até junho/2021 e R\$96.423 de julho/2021 até 22/09/2022, a Companhia deverá calcular a correção monetária da dívida pela atualização do IGP-M desde 01/01/2017.

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) para os contratos acima.

Seguem os totais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo que vencerão nos próximos anos:

	<u>Total</u>
2021	13.465
2022	10.548
2023	3.288
2024	1.104
Após 2024	2.716
Total	<u>31.121</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	58.593
Provisões de juros	4.046
Amortizações de principal	(4.373)
Amortização encargos	(4.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.218
Provisões de juros	3.336
Amortizações de principal	(8.153)
Amortização encargos	(3.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>45.983</u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

10. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributário de perda provável e/ou possível.

11. Encargos regulatórios

	31/12/2019	31/12/2018
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	51	206
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.481	1.285
Taxa de fiscalização ANEEL	197	181
Total	1.729	1.672

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social autorizado e integralizado era de R\$22.340, representado por 22.340.490 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Transminas Holding S/A	9.159.601	41,00%	41,00%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa	10.946.840	49,00%	49,00%
EATE	2.234.049	10,00%	10,00%
	22.340.490	100,00%	100,00%

b) Reservas de lucro

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Transirapé já alcançou o limite estabelecido em lei.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A Administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

Em atendimento ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, a Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberará futuramente sobre a destinação da conta de "Reservas de retenções de lucros".

d) Dividendos declarados

A demonstração contábil registrou a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do lucro líquido).

13. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional bruta	52.933	37.610
Outras receitas	126	130
Parcela variável (-)	(184)	(98)
	52.875	37.642
Deduções da receita operacional		
PIS	(343)	(245)
COFINS	(1.586)	(1.130)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(1.375)	(978)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(330)	(315)
Taxa de fiscalização	(211)	(150)
	(3.845)	(2.818)
Receita operacional líquida	49.030	34.824

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	1.240	498
Outras receitas financeiras	72	11
	1.312	509
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.283)	(4.018)
Outras despesas financeiras	(356)	(300)
	(3.639)	(4.318)
Total do resultado financeiro	(2.327)	(3.809)

15. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	52.933	52.933	37.610	37.610
Outras receitas	126	126	130	130
PV (-)	(184)	(184)	(98)	(98)
Receita operacional	52.875	52.875	37.642	37.642
Ajustes na receita operacional para fins IRCS	(17.175)	(17.175)	3.786	3.786
Receita operacional ajustada	35.700	35.700	33.856	33.856
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	2.856	4.284	2.708	4.063
Receitas financeiras	1.312	1.312	509	509
Base de cálculo	4.168	5.596	3.217	4.572
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total	1.018	504	780	411

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo do IRPJ e da CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

16. Partes relacionadas

a) Contratos em vigor

Contrato de CCI entre Transleste e Transirapé para compartilhamento de conexões do sistema de transmissão da SE Irapé.

<u>Demonstração do resultado</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Serviços tomados com parte relacionada Transleste	167	155

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Transirapé não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado.

Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A Transirapé utilizou a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

b) Hierarquia do valor justo--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A Transirapé classificou os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários e debêntures como nível I.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Transirapé podem ser assim identificados:

Risco de crédito - a Transirapé mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Transirapé mantém contratos regulando a prestação de seus serviços e também com cláusula de garantia bancária;

Risco de preço - as receitas da Transirapé são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;

Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de debêntures da Transirapé estão vinculados à variação do CDI;

Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da Transirapé é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica que é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da Transirapé não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da Administração com a diretoria foi de R\$212 (R\$202 em 31 de dezembro de 2018), compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

19. Benefício a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Paulo Augusto Nepomuceno Garcia - Conselheiro

José Aloíse Ragone Filho - Conselheiro

Raul Lycurgo Leite - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm. Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Pereira
Contadora CRC nº MG-067247/0-2